



O que vem por aí?

Não poderia ser diferente este ano, já que de dois em dois anos o Brasil para e o movimento acaba ancorado ao processo eleitoral burguês. Entretanto, este é um processo distinto de todos os outros processos eleitorais. Dez dias se passaram desde a deflagração da corrida para presidência da república e o candidato mais viável hoje, está preso. Ele vinha sendo atacado pela mídia e pelo que há e mais reacionário – na extrema direita e extrema esquerda – como se fossem ele, e o seu partido, os nossos inimigos.

O mais importante neste momento é ver que o golpe que muitos denunciavam no SINASEFE está sendo derrotado definitivamente. Não pelas várias greves e paralisações que a classe trabalhadora realizou, mas por uma figura política, ímpar, em nossa recente história política. Figura que polemiza as ideias e corações da esquerda combativa e ideológica, tomando como referência toda a militância política, à esquerda, que ocorreu em nosso país nos últimos 20 anos. Obviamente, estamos falando de Lula e do processo de disputa que se intensifica agora às vésperas das eleições presidenciais.

Qual o nosso papel neste momento? Ainda que atrasados, nós trabalhadoras e trabalhadores organizados em um sindicato nacional, com Seções Sindicais em todo o país, precisamos construir o quanto antes nossa política para o pós-eleições. Mesmo que a candidatura mais viável seja a mais votada, o futuro continua incerto, desde a disputa que continuaremos a ter em relação à manutenção da democracia, contra os eternos golpistas, bem como a preparação das nossas armas para a luta que necessariamente terá que se intensificar.

Precisamos preparar a nossa base para, em janeiro de 2018, lançarmos mão de uma campanha salarial que busque a pauta unificada dos SPF (data-base e um reajuste da inflação do período) e

os principais pontos da pauta do nosso sindicato nacional:

- Carreira Única;
- em defesa das 30 horas;
- contra o ponto eletrônico e
- contra a reestruturação da rede que não passe por um amplo debate das comunidades escolares em nossos Ifs).

Não podemos ficar mais quatro anos acompanhando mobilizações construídas por Centrais ou direções das entidades nacionais, quando estas não levam em consideração os interesses da nossa base, mas sim políticas de “caciques” nestas entidades. Precisamos retomar uma política pela base, como ocorria antes com a CNESF, que realizava plenárias dos servidores públicos federais, bem como os fóruns que unifiquem as bases do setor público das três esferas.

O SINASEFE, portanto, precisa construir a sua pauta, a partir da base, e tem como instrumento principal dessa construção os Encontros Regionais. Será através das nossas instâncias e da ampliação da participação da base que resgataremos toda pauta abandonada nos últimos mandatos de Direção Nacional, que se pautou o tempo todo por atender e seguir uma política sectária, que vinha sob o véu e o discurso da unidade da classe e a luta por uma sociedade diferente.

Esta política foi derrotada no último congresso do SINASEFE e agora o que nos resta como caminho é nos voltarmos para as experiências bem-sucedidas de tempos atrás, com a retomada das lutas a partir das nossas pautas. Construir a luta, como já dissemos acima, a partir dos interesses, olhares e vontades da nossa base.

Voltando a falar das eleições, o que precisamos é também lutar para que se estabeleça a democracia em nosso país, e que continuemos lutando pelo Lula Livre, defendendo que o povo é quem decide os rumos das eleições e não o judiciário e legislativo, corruptos.

Depois de outubro certamente teremos que lutar, seja com um governo mais progressista (PSOL, PT e/ou PDT) ou da direita mais do que fascista em nosso país (Bolsonazi, PSDB, MDB, etc). Enfim, a luta continuará e estaremos prontos e organizados para ela.

LULA Livre

Diante dos sistemáticos ataques sofridos pela rede federal de ensino, o SINASEFE, através de sua Direção Nacional, aprova e publica nota denunciando a contratação de professor voluntário nos Institutos Federais.

Não ao trabalho de professores voluntários nos Institutos Federais

*Há tempo de esperar.
E tempo de decidir.
Tempos de resistir.
Mauro Iasi*

Nossos tempos não são de espera, mas sim, de resistência. Não bastassem os constantes ataques que temos sofrido por meio das medidas governamentais (Reforma Trabalhista, Emenda Constitucional nº 95/2016, Reforma do Ensino Médio etc), temos agora um tiro vindo de dentro de nossas trincheiras. Os próprios Institutos Federais (IFs) estão aplicando uma estratégia lamentável e muito conhecida em várias universidades públicas: a adesão de professores voluntários. É preciso, de imediato, nos posicionarmos contrários a essa ação que expressa a intenção de mascarar os problemas com falta de professores em algumas instituições e coloca outros trabalhadores numa

condição de trabalho extremamente precarizada e não remunerada.

É preciso vetar essa prática sobre a prestação de serviços voluntários docentes no âmbito dos IFs. A contratação e inserção precária de docentes é uma das medidas da Reforma do Ensino Médio. Em alguns IFs, tal prestação de serviços já é realidade. No campus Colinas do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), por exemplo, um edital foi lançado para a seleção de professores voluntários que não teriam direito nem mesmo ao vale transporte. Nesse mesmo edital, o objetivo presente no texto afirmava que tal medida se fazia necessário para “evitar a perda ou descontinuidade de atividades de ensino, pesquisa e extensão nos cursos oferecidos”. É uma lógica perversa que, se não analisada atentamente, pode parecer uma excelente medida para um problema grave que são estudantes sem aula por falta de professores.



Em algumas resoluções de IFs que já permitem esse tipo de ação, os documentos expressam que “o trabalho como professor voluntário constituirá uma honraria acadêmica ao profissional”. Honraria acadêmica trabalhar de graça sem ter qualquer tipo de benefício? Isso expressa como somos reconhecidos por nossos próprios colegas de trabalho que, assim como muitos de nós, passaram nos mesmos concursos públicos e ago-

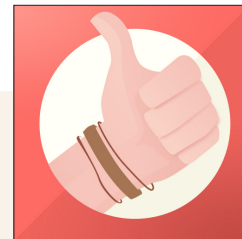
ra atuam como se fossem nossos patrões. Alguns diretores e reitores lacaio que acreditam e assumem a postura de serem os olhos do Estado contra nós, trabalhadores.

Não conseguem dar-se conta de que tal medida é um benefício enorme, não para nós, mas para o próprio Estado. O Estado do Capital. Haja vista que contratando professores voluntários, abre-se mão de concursos públicos ou testes seletivos. Na ótica deles, uma medida necessária e econômica. Para nós, um golpe que mascara os problemas de falta de professores pelos cortes nos orçamentos para a educação pública.

Nesse momento, dia (21/08), essa discussão está sendo feita no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), onde, não por coincidência, o reitor é o presidente do Conif. Ou seja, não parece ser estranha a ideia de que muito em breve isso tenda a acontecer em outros tantos IFs. É preciso dizer não a essas ações.

Se estiverem, de fato, preocupados como nós estamos com os estudantes que ficarão sem aula por falta de contratação de professores por concursos públicos em função dos cortes no orçamento, deveriam, assim como nós, serem contrários às medidas governamentais que fomentam isso.

Se quiserem aproximar a comunidade das nossas instituições, que incentivem a vinda de professores dos municípios e estados para os nossos grupos de estudo e pesquisa, nossos projetos de extensão.



- **Contra a contratação de professores voluntários!**
- **Contra a precarização do trabalho na Rede Federal!**
- **Pela abertura de concursos públicos!**
- **Pela revogação da EC 95/2016!**
- **Nenhum direito a menos!**



A comunidade do IFBA clama por democracia, mas o MEC vai na contramão

Diante da conjuntura que vivemos no Brasil, em especial com ataques à democracia, para além dos ataques sofridos no setor da educação pública e na Rede Federal de Educação, assistiu-nos a divulgação da Portaria Ministerial nº 819, de 20 de agosto de 2018. Tal portaria afirma em seu Artigo 1º: “Fica designado RENATO DA ANUNCIAÇÃO FILHO para exercer o cargo de Reitor Pro Tempore do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia”.

Importante registrar que o referido reitor Pró Tempore, já cumpriu seu mandato de reitor e que de forma misteriosa, houve atraso no calendário eleitoral para a mesma reitoria do Instituto Federal da Bahia.

Um dos temas que está no centro das atenções naquele cenário do IFBA, é a ameaça de fechamento do Campus Valença. Situação em que o mesmo Reitor se pronunciou como aliado do governo em relação ao redimensionamento da Rede Federal de Ensino no tocante à Bahia.

Ainda neste ano, também na Bahia, o IFBaiano enfrentou a imposição de um reitor pró-tempore, denunciada pelo SINASEFE. Diante disso, conclamamos as bases para se atentarem aos calendários eleitorais com antecedência para repudiar qualquer procedimento antidemocrático que não leve

em conta os anseios da comunidade.

Não podemos aceitar mais um atentado à democracia eleitoral, que já está combalida no país. Em vez de se nomear Renato para o cargo de reitor pro-tempore, que se faça valer o processo democrático de consulta à comunidade.

**Amanhã
Mesmo que uns não queiram
Será de outros que esperam
Ver o dia raiar**

#FORARENATO

Expediente

Esta é uma publicação do SINASEFE. É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo, desde que citada a fonte.

Plantonistas responsáveis: Carlos Magno Sampaio (coordenação geral) e Evaldo Gonçalves (plantonista de base)

Diretores de Comunicação: Lucrécia Iacovino e Michel Torres

Edição e Revisão: Mário Júnior (MTE-AL 1374)

Design Gráfico: Flávia Destri Garcia

Contatos: dn@sinasefe.org.br e imprensa@sinasefe.org.br

Acesse nosso site: www.sinasefe.org.br

Fale com o Sinasefe
Fone:
(61)
21924050



Filiado à

